



06/08/2020

Número: **0800601-85.2019.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **08/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR)		THYAGO GLAYDSON LEITE CARNEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21030284	08/05/2019 16:17	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
21030738	08/05/2019 16:17	<a href="#">PROCURAÇÃO, DOCUMENTOS PESSOAIS, BO, DOCUMENTOS DA MOTO</a>	Documento de Identificação
21031052	08/05/2019 16:17	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>	Outros Documentos
21031058	08/05/2019 16:17	<a href="#">DOCUMENTOS DO HOSPITAL E ATENDIMENTO MÉDICO</a>	Documento de Comprovação
29993792	26/06/2020 00:33	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32113331	07/07/2020 10:43	<a href="#">Informações Prestadas</a>	Informações Prestadas
32113347	07/07/2020 10:43	<a href="#">PETIÇÃO DE INFORMAÇÃO</a>	Informações Prestadas
32113348	07/07/2020 10:43	<a href="#">EXTRATO BANCARIO DO AUTOR</a>	Documento de Comprovação
32554117	22/07/2020 12:25	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
32795258	30/07/2020 13:29	<a href="#">Mandado</a>	Mandado

anexo



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

### OUTORGANTE:

Nome: José Ferreira dos Santos  
RG: 1.245.750 Orgão Emissor: SSDS/PB CPF: 632.386.674-91  
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Casado Profissão: Agricultor  
Endereço: Rua Jansen Pabrega Araújo Nº 512  
Bairro: Nida Nova Cep: 58340-000 Cidade/UF: Pombal/PB  
Telefone: (83) 99660-7071 (83) 99911-3732 ( ) \_\_\_\_\_

### OUTORGADO:

Nome: Thyago Glaydson Leite Carneiro  
RG: 2897096 Orgão Emissor: SSDPB CPF: 057.614.794-00  
Nacionalidade: Brasileiro Est. Civil: Solteiro Profissão: Advogado  
Endereço: Rua Carmel João Carneiro Nº 512  
Bairro: Centro Cep: 58340-000 Cidade/UF: Pombal/PB  
Telefone: (83) 99660-7071 ( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes específicos para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar e solicitar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório – DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto às seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do **Seguro DPVAT** referente à:

Vítima: José Ferreira dos Santos  
CPF: 632.386.674-91 Data do Acidente: 13/12/2018  
Cobertura solicitada: ☒ Invalidez Permanente ( ) DAMS ( ) Morte

Pombal, 01 de Março de 2019  
Local e data



x José Ferreira dos Santos  
Assinatura do Outorgante (reconhecer firma por autenticidade)

RECONHECER  
FIRMA





JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
RUA JANSEN NOBREGA ARAUJO, S/N - VILA NOVA  
POIMBAL / PB CEP: 58840000 (AG. 227)

Emissão: 18/02/2019 Referência: Fev / 2019  
Classe/Supcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25 - Cristo Rê - Itor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 11 - 227 - 100 - 3800 NP medidor: 00001333457



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 08.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 020.314.010  
Cód. para Dib. Automático: 00006322721

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Fev / 2019	18/02/2019	19/03/2019	632.386.674-91 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/632272-1

#### Canal de contato

Após perceber luzes das postes acesas durante o dia ou ruas escuras à noite, informe à prefeitura da sua cidade, cuidar da iluminação pública é responsabilidade do município e de toda cidade.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 19/01/19 Leitura 25200	Data 18/02/19 Leitura 25340	1	140	31

#### Demonstrativo

CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Aliq.	ICMS (R\$)	Base Calc. Pis (R\$)	Cófigs (R\$)
0601	Consumo em kWh	140,000	0,947720	118,68	118,68	27	32,04	118,68
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0907	CONTRIBUIÇÃO ILM. PÚBLICA			11,01	0,00	0	0,00	0,00

CCl: Código de Classificação do Item TOTAL 129,69 118,68 32,04 118,68 1,17 5,41

Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

185 25/02/2019 R\$ 129,69

#### Histórico de Consumo (kWh)

183 | 185 | 175 | 182 | 168 | 154 | 176 | 146 | 157 | 178 | 147 | 186  
Fev/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19 Jul/19 Ago/19 Set/19 Out/19 Nov/19 Dez/19 Jan/19

#### RESERVADO AO FISCO

ecd1.6305.ecc5.a8d5.440b.ae7f.f3c1.6b01.

Indicadores de Qualidade			Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,91	0,00	Serviços de Dist. de Energia/PB	28,40	21,90
DIC TRIMESTRAL	11,82		Compra de Energia	40,52	31,24
DIC ANUAL	23,54		Serviço de Transmissão	4,42	3,41
FIC MENSAL	3,42		Encargos Setoriais	6,72	5,19
FIC TRIMESTRAL	6,85		Impostos Diretos e Encargos	49,83	38,27
FIC ANUAL	13,70		Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	3,45				
DICR	12,22				
			Total	129,69	100,00

#### ATENÇÃO

#### Faturas em atraso





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 138/2019**

Versando sobre: **ACIDENTE DE TRÂNSITO /DPVAT**

Data do fato: **13/12/2018– por volta de 16:00 horas**

Local do ocorrido: **Bairro Vida Nova, próximo ao CEMAR de POMBAL-PB**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **01/03/2019 – 15:10 Horas**

**COMUNICANTE:** JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - **Filiação:** pai não declarado e JOAQUINA SOARES DOS SANTOS; **Profissão:** AGRICULTOR; **Estado Civil:** casado; **Naturalidade:** Condado-PB; **Nacionalidade:** bras.; **Data de Nascimento:** 17/04/1951; **Endereço Residencial:** Rua Jansen Nobrega Araujo, s/n, Vida Nova, Pombal-PB; //; **Telefone:** 83 999113732/ **Portador de RG nº 1.245.750 SSP-PB// CPF: 632.386.674-91.**

**HISTÓRICO:** Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, conduzia o veículo MOTOCICLETA HONDA NXR 160 BROS ESDD / 2015 COR VERMELHA - PLACA **QFH 6107/PB**, CHASSI: **9C2KD0810FR461008**, licenciada em nome do comunicante; Que quando trafegava na proximidade do CEMAR, no Bairro Vida Nova, em Pombal-PB, foi abalroado por um automóvel, vindo cair e sobre o mesmo caiu a motocicleta, provocando uma fratura no seu tornozelo esquerdo; Que não foi possível identificar o automóvel que provocou o acidente, pois o mesmo evadiu-se imediatamente após a colisão. Que foi socorrido para o Hospital Regional de Pombal-PB, pelo Corpo de Bombeiro, onde ficou internado e se submeteu a cirurgia ortopédica no próprio Hospital Regional de Pombal-PB ; Que tem conhecimento do fato a pessoa de JOSÉ FABIO ALMEIDA DOS SANTOS, RG 1550407 SSP PB, RESIDENTE A Rua José de Almeida Filho, 250, Vida Nova Pombal-PB . Que compareceu nesta Delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

**Pombal – PB, 08 de fevereiro de 2019.**

**AUTORIDADE POLICIAL:** Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

**OBS:** O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.

**COMUNICANTE:** José Ferreira dos Santos

**Test.** José Fábio Almeida dos Santos

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Manoel de Sousa Lacerda  
Agente de Polícia Civil  
Mat. 168345-4

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, José Ferreira dos Santos,  
RG nº 1.245.750, data de expedição 03/12/14,  
Órgão SSDS/PB, portador do CPF nº 632.326.674-91, com  
domicílio na cidade de Pombal, no Estado de  
Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Rua Jansen Nobrega Araújo, nº SIP,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima José Ferreira dos Santos, cujo o condutor era  
José Ferreira dos Santos.

Veículo: MOTOCICLETA  
Modelo: HONDA NXR 160 BROS ESD  
Ano: 2015  
Placa: QFH 6107/PB  
Chassi: 9C2KDDFR461008  
Data do Acidente: 13/12/2018  
Local e Data: Pombal, 01 de Março de 2019



José Ferreira dos Santos  
Assinatura do Declarante



José Ferreira dos Santos

Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

**CARTÓRIO "CEL. JOÃO QUEIROGA" 1º OFÍCIO**  
Reconheço (POR AUTENTICIDADE) a firma de: **JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, EM TEST. DA VERDADE, DOU FÉ.  
POMBAL-PB, 25/02/2019.

**MARIA SELMA DO NASCIMENTO VIRGOLINO E SILVA**  
Selo Digital de fiscalização - tipo Normal B-AIE11059-LJK  
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br/>  
EMOLUM. R\$: 11,89 FARPEN R\$: 0,29 FEPJ R\$: 0,00

**Cel. João Queiroga**  
1º Ofício de Notas e Registros e Imóveis  
CNPJ: 09.205.816/0001-26  
Telefax: (83) 3431-2175 - Pombal-PB

RECONHECER  
FIRMA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

1 AC RE 0042509092

DETTRAN - PB  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
VIA 0105590249-7  
GOD RENAVAM 00/00000000  
EXERCÍCIO 2018  
NOME JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
PLACA QFH6107/PB  
CHASSI 9C2KD0810FR461008  
NOVO  
ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC  
MARCA/MODELO HONDA/NXR160 BROS ESDD  
CATEGORIA PARTIC  
COR PREDOMINANTE VERMELHA  
CAP/POT/CIL 2 P/162 /Cil  
VENC. COTA ÚNICA 40/00/0000  
VENC./COTAS 1º 2º 3º  
FAIXA LPVA 1  
PREMIO TARIFARIO (R\$) 00000000  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0  
DATA DE PAGAMENTO 21/06/2018  
OBSERVAÇÕES

CONTRAN

Formulário 001-10/18

32280  
LOCAL 21/06/2018  
DATA 14796

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 01420005B053 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 63238667491  
EXERCÍCIO 2018  
DATA EMISSÃO 21/06/2018  
PLACA QFH6107/PB  
CHASSI 9C2KD0810FR461008  
NOVO  
ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC  
MARCA/MODELO HONDA/NXR160 BROS ESDD  
CATEGORIA PARTIC  
COR PREDOMINANTE VERMELHA  
CAP/POT/CIL 2 P/162 /Cil  
VENC. COTA ÚNICA 40/00/0000  
VENC./COTAS 1º 2º 3º  
FAIXA LPVA 1  
PREMIO TARIFARIO (R\$) 00000000  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0  
DATA DE PAGAMENTO 21/06/2018  
OBSERVAÇÕES

SEGURODPVAT

CNPJ 08.248.608/0001-04

14796-1053040+20180621







**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**  
**3º COMANDO REGIONAL BOMBEIROS MILITAR**  
**6º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR**  
**2ª COMPANHIA DE BOMBEIRO MILITAR**  
**GABINETE DO COMANDANTE**  
**BM - 3**

VISTO  
- verson Caldas da Cruz  
Cap QOBM  
Comandante B/3 da 2ªCBM/6ºBBM  
Mat. 527.449-4

**CERTIDÃO COMPROBATÓRIA – Nº 011/2019**

Certificamos para os fins a que se destina, que aproximadamente às 16h45min do dia 13 de dezembro do ano de 2018, a guarnição de Auto Resgate desta Unidade do Corpo de Bombeiros Militar deslocou-se para atender uma ocorrência do tipo: colisão carro x moto, ocorrida na Rua Cromácio Wanderley, próximo ao CEMAR, bairro Vida Nova, Pombal-PB.

**MOVIMENTO DO SOCORRO:** Hora do aviso: 16h45min#####

**RELATO DO EVENTO:** Chegando ao local solicitado, a Guarnição de Resgate do Corpo de Bombeiros Militar encontrou a vítima, senhor **JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, consciente e orientado, sem capacete, apresentando aparente fratura fechada de fíbula e tornozelo. No local não foram encontradas nem a moto, nem o capacete da vítima. Foram realizados os procedimentos de atendimento pré-hospitalar e a vítima foi conduzido ao Hospital Regional de Pombal.  
#####

**VITIMAS FATAIS: NÃO HOUE#####**

**SOCORRISTAS:** CB BM MATR. 527.414-1 **MARCELA FLORÊNCIO DO ORIENTE**  
SD BM MATR. 525.989-4 **NIELITON OLIVEIRA CALADO**  
SD BM MATR. 526.097-3 **HARYSON SOUZA SANTOS**

**SOLICITANTE DA CERTIDÃO:** JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS RG: 1.247.750

Pombal, 19 de março de 2019.

Gustavo Gouveia F. Lucena  
2º Ten. - BM  
527.449-4  
\_\_\_\_\_  
**GUSTAVO GOUVEIA FREIRE LUCENA – 2º TEN-QOBM**  
Chefe da B/3 da 2ªCBM/6ºBBM



**GOVERNO  
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - 3º Comando Regional - 6º Batalhão - 2ª Companhia  
Rua Antônio Ferreira, S/N, Centro, 58840-000 - Pombal-PB  
Fone: (83) 3431-3548 - email: bombeiros.pombal@gmail.com





HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR RUY CARNEIRO  
RUA CEL. JOAO LEITE  
POMBAL PARAIBA (83)3431-2149

Data/Hora 13/12/2018 17:03:14

Ocorrência: **INTERNAMENTO**

Servidor do Dr.: \_\_\_\_\_

Paciente **JOSE FERREIRA DOS SANTOS** Idade: 67 Sexo M

Filiação \_\_\_\_\_  
Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: **JOAQUINA SOARES DOS SANTOS**

Endereço \_\_\_\_\_  
Cidade: **POMBAL - PB - 58840-000 - 2512101** N.: \_\_\_\_\_  
Endereço: **JANSE NOBREGA DE ARAUJO**  
Bairro: **VIDA NOVA I**  
Naturalidade: **POMBAL - PB**  
Fone: \_\_\_\_\_

Documentos \_\_\_\_\_  
CNS: **700-5011-9883-5257**  
Identidade: **1245750**  
CPF: \_\_\_\_\_  
Reg. Nasc.: \_\_\_\_\_

Informações adicionais \_\_\_\_\_  
Nascimento: **17/04/1951**  
Cor: **BRANCA**  
Estado Civil: **N.INF.**  
Profissão: **AGRICULTOR(A)**

Responsável: \_\_\_\_\_

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*PAUENTE VITIMA DE QUEIMA DE FORTA HA ±  
1 SEMANA COM DOR E UNIDADES DE TAT DE  
TAT (E)*

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

*DOR, EDEMA, UNIDADES DE AMPLITUDE  
E MOVIMENTO DE TAT (E).*

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

*Rx TAT (E).*

*Fx 3.000.000 de  
TAT E.*

Diagnóstico: *trauma ferido*

Motivo da Alta: \_\_\_\_\_

Resultado: ( ) Saiu Curado ( ) Melhorado ( ) Falecido ( ) Transferido Em: \_\_\_\_\_



Nome:

Enf.:

Leito:

Nota sobre Evolução da Doença, Complicações, Consultas, Mudança de Diagnósticos, Condições ao ser dada Alta, Instruções ao Paciente, devendo toda anotação ser assinada pelo profissional que a fez.

DATA	EVOLUÇÃO MÉDICA	RUBRICA
18/11/18	Fratura do fêmur em: artroscopia	
12/12	Fratura torácica e (Exposta) Por a trauma em tórax (E) hig (a) chas Presença de FCC em região medial + edema H/H col VTM Aguardar melhora de partes móveis.	
	Dr. José Cassiano Neto ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 15467 TECH 15467	
	Ortopedista 12/12	
	Dr. Jairo Leal Cirurgião Cardíaco CRM-PB 8882 Traumatologia	
	Calculado pelo Aplicativo (LEE/UMAR/AR)	

18.12.18 Aguardando melhora  
das partes moles e realizar TFO

Dr. Jairo Leal  
Cirurgião Cardíaco  
CRM-PB 8882  
Traumatologia

**AO MM JUÍZO DA \_\_\_\_VARA DA COMARCA DE POMBAL- ESTADO DA PARAÍBA**

**JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, agricultor, portadora do RG sob nº 1.245.750, SSDS/PB e do CPF sob nº 632.386.674-91, residente e domiciliado no Rua Jansen Nobrega Araújo, Vida Nova, Pombal-PB, vem com habitual respeito e acato, através de seu bastante e único advogado, nos termos da procuração anexa, com endereço profissional “in fine<sup>1</sup>”, onde recebe todas as intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento legal no artigo 3ª da lei 6.194/74, propor a presente:

---

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

---

em face da **SEGURADA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu departamento jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031.205, pelas razões de fato e direto a seguir articuladas:

---

<sup>1</sup> **POMBAL -PB - RUA JOÃO CARNEIRO, S/N, CENTRO - CEP 58.840.000 - E-MAIL: XTHYAGOCARNEIROX@HOTMAIL.COM - CEL. 083/96607071.**



## PRELIMINARMENTE

---

Requer que sejam concedidos os Benefícios da **Justiça Gratuita** art. 98 NCPC, perante o estado de necessidade que passa a Promovente, que se encontra impossibilitado de fazer o pagamento de custas judicial e honorário advocatícios sem comprometer seu sustento.

## DO SUPORTE FÁTICO

---

Relata o Boletim de Ocorrência de Acidente de Transito **sob nº 138/2019**, expedido pela 2ª Delegacia Distrital de Pombal, que, no dia 13 de dezembro de 2018, o autor conduzia uma motocicleta, descrito como: **HONDA NXR 160 BROS ESD, ANO 2015, COR VERMELHA**, colidindo com um automóvel, no qual não foi possível ser identificado, haja vista que logo após a ocorrência do acidente o mesmo evadiu-se do local.

Cita-se que, logo após a ocorrência do acidente, o autor foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e encaminhada para o Hospital Regional de Pombal, na cidade de Pombal, Estado da Paraíba. **O requerente sofreu Fratura no Tornozelo Esquerdo.** (cópia do portuário médico e da ficha de atendimento do hospital anexo)

Desse modo, a nova tabela anexada pela lei 11.945/2009 e artigo 3º da Lei 6.194/1974, demonstra que o autor estaria inserido nos danos parciais em membros superiores e inferiores, correspondentes a 100% do valor total da indenização, perfazendo um total de **70% DOS DANOS PARCIAIS CORPORAIS DEFINITIVOS CORRESPONDENTE APROXIMADAMENTE A 9.450.00- (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).** no tocante a lesão de caráter definitivo do membro inferior.

CONTUDO, AO INGRESSAR NA VIA ADMINISTRATIVA (sinistro 3190210873), **RECEBEU APENAS, O VALOR APROXIMADO A 18% DOS DANOS PARCIAIS CORPORAIS DEFINITIVOS CORRESPONDENTE APROXIMADAMENTE A 1.687.50 (mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta).**



Assim ocorrendo, a indenização é por demais injusta, haja vista que a seguradora pagou o referido valor a menor do que o especificado na lei. Logo, nos leva a concluir pelas sequelas permanentes do mesmo, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o restante do pagamento da indenização do seguro obrigatório, que segundo o anexo de art. 3º da lei 6.194/74, para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores é de 70% do valor parcial coberto pelo seguro obrigatório.

Razão pela qual, vem à tutela jurisdicional cobrar a diferença de 7.762,50 Correspondente ao restante das lesões parciais permanentes, sendo, a referida cobrança, o motivo porque demanda foi proposta.

## **DO ARCABOUÇO JURÍDICO**

---

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art. 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

**“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;**

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;**



**III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”**

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, bem como seu anexo, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido parcialmente devendo receber o valor parcial (70% da indenização total, correspondente a 9.450,00 ( Nove mil quatrocentos e cinquenta reais) de acordo com o que é renunciado no anexo da Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial a menor, como foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

**“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”**

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

Ao bem da verdade, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do(a) autor(a) em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente..





Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido.

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o (a) promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência das sequelas.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. **No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo(a) autor(a).**

Destarte, que a violação do direito do(a) Autor(a), no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

**“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”**

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Logo, está satisfeito o(a) promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.



## DO PEDIDO JURISDICIONAL

---

Na vertente das considerações narradas, vem o autor, com habitual respeito e acato requerer:

**A CONDENAÇÃO DA PROMOVIDA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DO VALOR FALTANTE** em epígrafe, com base no montante de **R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e seiscentos e dois reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente ao restante da indenização por invalidez permanente sofrida pelo(a) promovente **no membro superior esquerdo**. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

Seja **CITADA** a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico, bem como a juntada do processo administrativo sob n 3180004322.

Requer que lhe seja **CONCEDIDO OS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA** nos termos do artigo 98 do CPC.

Que seja acrescido e aplicado ao **valor da condenação**, juros moratórios a partir **da data da citação** e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

Seja condenada a demandada em **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, EM 15%** (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Seja o(a) autor(a) submetido(a) **A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL, DEVENDO TAL PERITO SEGUIR OS QUESITOS NO ANEXO 01 ENUNCIADOS**, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Por fim, que Vossa Excelência **JULGUE A TOTALMENTE PROCEDENTE O PRESENTE PEDIDO AUTORAL**.

Protesta ainda provar o(a) promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.



Dá-se o valor da causa para meros efeitos fiscais o valor de **7.762,00 (sete mil setecentos e seiscentos e dois reais).**

Nestes termos; pede deferimento.

**POMBAL- Terra de Maringá-** em 02 de Fevereiro de 2018.

***Del. Thyago Glaydson Leite Carneiro***

*Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Seccional da Paraíba*

*sob nº 16.31*

## **Anexo 01**

### **QUESITOS**

**1)** Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?



2) Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?

3) Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?

4) Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?

5) Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.



Nome:

JOSE FERNANDA DOS SANTOS

Enf.:

Leito:

Nota sobre Evolução da Doença, Complicações, Consultas, Mudança de Diagnósticos, Condições ao ser dada  
Alta, Instruções ao Paciente, devendo toda anotação ser assinada pelo profissional que a fez.

DATA	EVOLUÇÃO MÉDICA	RUBRICA
19/12/18	HD: FRATURA BILATERAL DE TÍBIA (E)	
19/12/18	Paciente S/ dor no membro inferior direito.	
19/12/18	EMER + FO LIMP.	
	CD: NO EXCO.	
	Dr. Túlio Alberto ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CREMEPE 23411 CRM-PB 9251	
19/12/18	Paciente fraturas e torções	
19/12/18	em ambos membros inferiores com intercorrências	
	CD: ATB + ANALGESIA	
	Autos com 24 h.	
	Dr. Túlio Alberto ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CREMEPE 23411 CRM-PB 9251	
20/12/18	HD: FRATURA BILATERAL DE TÍBIA (E)	
20/12/18	1º DO	
20/12/18	Paciente S/ dor no membro inferior direito.	
	CD: Auto hospitalar.	
	Dr. Túlio Alberto de O. Souza Ortopedia e Traumatologia CRM 9251 CNS: 206633/6240007	





Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CNES
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		2592568
HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR RUY CARNEIRO		
Identificação do Paciente		4 - PRONTUÁRIO
3 - NOME DO PACIENTE		10183
JOSE FERREIRA DOS SANTOS		
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	6 - DATA DE NASCIMENTO	7 - SEXO
700-5011-9883-5257	17/04/1951	M
8 - RACA / COR		10 - TELEFONE
BRANCA		
9 - NOME NA MÃE		
JOAQUINA SOARES DOS SANTOS		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL		
12 - ENDEREÇO		13 - BAIRRO
JANSE NOBREGA DE ARAUJO N.:		VIDA NOVA I
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 15 UF - 16 CEP - 17 CÓD IBGE		
POMBAL - PB - 58840-000 - 2512101		

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS			
Paciente internado de acidente com mobilidade, alguns pontos de fratura			
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO			
anestesia + Gx no braço			
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)			
21 - DIAGNÓSTICO INICIAL	22 - CID 10 PRINC.	23 - CID 10 SEC.	24 - CID 10 CAUSAS ASSOC.
Fratura braço	572.3	V29.9	

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		26 - COD PROCEDIMENTO	
anestesia + Gx no braço		0408050497	
27 - CLÍNICA	28 - CARÁTER INTERNAÇÃO	29 - DOCUMENTO	30 - CNS/CPF - PROFISSIONAL SOLIC. / ASSISTENTE
		( ) CNS ( ) CPF	
ASS. CARIMBO SOLICITANTE / ASSISTENTE		32 - DATA SOLIC.	33 - ASSINATURA CARIMBO DIRETOR MEDICO
Dra. Angélica Leite Clínica Gx CRM/PB 6791		16/12/18	Dr. José Henrique de Sousa Neto CRM-PB-2011-00710395-39247 Clínica Gx

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 ( ) ACIDENTE TRÂNSITO	37 - CNPJ SEGURADORA	38 - Nº BILHETE	39 - SÉRIE
35 ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO			
36 ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	40 - CNPJ EMPRESA	41 - CNAE EMPRESA	42 - CBOR
43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA			
( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			

### AUTORIZAÇÃO

44 - NOME PROFISSIONAL AUTORIZADOR	45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR	50 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERN. HOSPITALAR
46 - DOCUMENTO	47 - Nº DOCUMENTO (CPF CNPJ) PROFISSIONAL	
( ) CNS ( ) CPF		
48 - DATA AUTORIZAÇÃO	49 - ASS. CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)	
/ /		





GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL SENADOR "RUI CARNEIRO"



HOSPITAL		Nº PRONTUÁRIO	
NOME DO PACIENTE	José FERNANDA dos Santos	LEITO	
DATA DA OPERAÇÃO	19/12/18	ENF.	
OPERADOR	M. RUI	1º AUXILIAR	
2º AUXILIAR		3º AUXILIAR	
ANESTESISTA	M. GERALDO	TIPO DE ANESTESIA	
DIAGNOSTICO PRÉ- OPERATORIO			
FRATURA SIMPLES DA TUBEROSIDADE			
TIPO DE OPERAÇÃO			
FOTOMONTAGEM CIRCULAR DO FURTO DO			
TUBEROSIDADE			
DIAGNOSTICO PÓS- OPERATORIO			
RELATORIO IMEDIATO DO PATOLOGISTA			
EXAME RADIOLOGICO NO ATO			
ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO			

VIA DE ACESSO - TÁTICA E TÉCNICA - LIGADURAS - DRENAGEM - SUTURA - MATERIAL EMPREGADO - ASPECTO VISCERAS

1. PACIENTE EM DDH SOB AGUARDAMENTO
2. NOTAS ASSEPTICA
3. POSICAO CORPORELA EM DECUBITO LATERAL
4. AGUARDAMENTO POR RAYOS
5. VENTILADOR FOCO MANUTENCAO EM CONTINUA
6. REDUZIR O NIVEL DE ANESTESIA
7. FICAR COM CABO DA TUBEROSIDADE 10 FIBRAS + 7 FIBRAS
8. LIGADURA COM STAPLER
9. LIGADURA POR RAYOS
10. POSICAO CORPORELA SOB AGUARDAMENTO
11. VENTILADOR FOCO MANUTENCAO
12. REDUZIR O NIVEL DE ANESTESIA

Dr. Tullio Alberto  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PR 0251







## SINISTRO 3190210873 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** JOSE FERREIRA DOS SANTOS

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** MARCOS

AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME

**BENEFICIÁRIO** JOSE FERREIRA DOS SANTOS

**CPF/CNPJ:** 63238667491

**Posição em 01-04-2019 14:53:09**

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

Data do Pagamento    Valor da Indenização    Juros e Correção    Valor Total			
29/03/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

### 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

---

**Processo:** 0800601-85.2019.8.15.0301

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assunto:** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** JOSE FERREIRA DOS SANTOS

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

---

### DESPACHO

Analisando a petição inicial, vislumbro que a presente demanda foi distribuída sob o rito do procedimento comum, tendo a parte autora requerido a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

Nesse sentido, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"*.



Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece presunção relativa da hipossuficiência, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.

Posto isso, e a fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte sobrejacente, conforme faculta o art. 99, § 2º do CPC, e observado o disposto na Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ, determino a juntada, no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes documentos:

**1) declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos** (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ);

**2) o último comprovante de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria** (contracheque);

**3) CTPS** (inclusive a parte do contrato de trabalho);

**4) extratos dos últimos 3 (três) meses da(s) conta(s) bancária(s) de titularidade da parte autora;**

**5) Caso tenha se declarado empresário(a), a documentação referente à empresa; Caso se trate de aposentado, o extrato de benefício; ou ainda cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor;**

**6) Cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;**

**7) Guia das custas** (art. 1º, §3º da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).



Pode a parte requerente informar e comprovar seus eventuais gastos, caso existam.

Caso qualquer dos documentos acima não possa ser apresentado, deve a sobredita parte informar e comprovar, de modo fundamentado, a impossibilidade de sua apresentação, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso não possua qualquer comprovante de rendimento formal, deve declarar, sob as penas legais, sua renda.

Intime-se a parte autora.

Nos termos do ART. 102 DO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta decisão força de mandado/ofício para as providências necessárias ao seu cumprimento.

Cumpra-se.

Pombal/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz de Direito



EM ANEXO



**AO MM JUIZO DE DIREITO DA 1º VARA MISTA DA COMARCA  
DE CATOLÉ DO ROCHA, ESTADO DA PARAÍBA**

**JOSE FERREIRA DOS SANTOS**, já devidamente qualificado nos autos do processo, vem, através de seu insigne causídico, que esta subscreve, informar que o autor não possui meios de prover o próprio sustento, estando em arranjo com o art. 98 do CPC, no tocante a gratuidade judiciária, informações corroboradas pelo extrato de sua conta que segue em anexo, demonstrando que o autor não possui quaisquer vínculos empregatícios, recebendo apenas sua aposentadoria, não podendo arcar com as despesas processuais sem maiores prejuízos ao seu sustento e ao de sua família.

Nestes termos, pede deferimento.

Pombal, 7 de julho de 2020

**THYAGO GLAYDSON LEITE CARNEIRO**

OAB/PB 16314







AUTOATENDIMENTO - AG. POMBAL  
DATA: 07/07/2020 HORA: 08:58:39  
TERMINAL: 07321788 CONTROLE: 073217880152

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL  
CONTA: 013.00021717-6  
CLIENTE: JOSE FERREIRA DOS SANTOS

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO			VALOR
DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	
SALDO ANTERIOR			0,23C
Junho			
25/06	615400	CRED INSS	1,045,00C
25/06	250741	SAQUE LOT	1,045,00D
27/06	000000	REM BASICA	0,00C
RESUMO EM 30/06			0,23C
SALDO			



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª VARA MISTA DE POMBAL**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0800601-85.2019.8.15.0301**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: JOSE FERREIRA DOS SANTOS**  
Advogado do(a) AUTOR: THYAGO GLAYDSON LEITE CARNEIRO - PB16314

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

---

**DECISÃO**



Vistos etc.

É forçoso relembrar que o instituto da Gratuidade da Justiça se destina a deferir a benesse legal àqueles que efetivamente não têm condições de arcar com as custas processuais, sem comprometimento do próprio sustento, a fim de lhes possibilitar o acesso à Justiça.

O novo Código de Processo Civil acaba por incentivar o equivocado costume de deferimento indiscriminado da gratuidade de justiça, em desacordo com o presente Poder Constituinte Originário. É importante lembrar que, segundo a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, "o Estado prestará *assistência jurídica Integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*" (art 5º. LXXIV, CF/88).

Ressalto ainda que a movimentação da máquina judiciária demanda custos, como ocorre na prestação de qualquer serviço. O fato de o jurisdicionado ser agraciado com a Justiça Gratuita implica o repasse dessas despesas a alguém. Embora exista certa previsibilidade orçamentária para cobrir essas despesas, o deferimento indistinto do benefício reflete de forma negativa no orçamento da Justiça.

Dentro dessa perspectiva, entendo que a gratuidade integral – é dizer, a dispensa indistinta do recolhimento prévio – de custas, taxas, diligências, honorários e demais despesas processuais apenas deve ser concedida quando os demais instrumentos mostrarem-se ineficientes a assegurar o acesso à pessoa com insuficiência de recursos. Noutras palavras, o julgador somente deve conceder a dispensa integral e irrestrita se o requerente não puder parcelar e/ou pagá-la com redução proporcional, na forma dos §§ 5º e 6º, art. 98, do CPC.

Não se pode olvidar que a declaração de pobreza traz em si uma presunção de veracidade, notadamente quando feita por pessoa física. Todavia, esta presunção pode ser elidida quando houver nos autos elementos em sentido contrário (art. 99, § 2º, do NCPC) ou quando feita por pessoa jurídica (art. 99, § 3º, do NCPC), sobretudo quando constituída na forma de empresa, exercendo, pois, atividade econômica.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de Justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Instado a se manifestar para comprovar a hipossuficiência, o autor juntou extrato da conta corrente (ID n. 32113348) demonstrando que a única renda é a sua aposentadoria no valor de 01 (um) salário-mínimo, razão pela qual não pode arcar com as despesas processuais sem maiores prejuízos ao seu sustento e ao de sua família.

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor das custas trará à parte autora uma **sobrecarga** para o seu sustento e de sua família, haja vista ter demonstrado não possuir condições para arcar com tais despesas.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça **CONCEDO A JUSTIÇA GRATUITA, DE FORMA TOTAL**, em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/7015.

Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão pro judicato.

Cite-se a parte demandada para contestar a presente demanda no prazo de quinze dias, com as advertências legais.



Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, visto que a parte demandada não realiza acordos em demandas dessa natureza.

Cumpra-se.

P O M B A L ,                      d a t a                      d o                      p r o t o c o l o                      e l e t r ô n i c o .

Juiz(a) de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Mista de Pombal**

---

PROCESSO Nº 0800601-85.2019.8.15.0301  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE CITAÇÃO (RÉU)**

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Mista de Pombal manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,  
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 14 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:  
2 0 0 3 1 - 2 0 5

"Cite-se a parte demandada para contestar a presente demanda no prazo de quinze dias, com as advertências legais."  
.

POMBAL, em 30 de julho de 2020.

**IVANOSKA SALGADO DE ASSIS BANDEIRA**

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:  
XXXXXXXXXXXXXX

